



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



HABEAS CORPUS Nº: **0204021-9**

066

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 248.2009.000260-5

COMARCA : Santa Cruz do Capibaribe -- 2ª Vara

IMPETRANTE : Maria Adriana da Silva

PACIENTE : Maria Adriana da Silva

PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. ATRASO JUSTIFICADO ATRIBUÍDO À DEFESA. SÚMULA 64 DO STJ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA.

**I** – Inexiste coação ilegal decorrente de excesso de prazo para a formação da culpa, quando eventual atraso não é atribuído a atos praticados pelo juiz sumariante ou pelo Promotor de Justiça, mas pela própria defesa, que apresentou, intempestivamente, quando a instrução já havia encerrado, rol de testemunha, fazendo incidir a súmula 64, do Superior Tribunal de Justiça.

**II** – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0204021-9** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup> Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora / Presidente**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



HABEAS CORPUS Nº: **0204021-9**

067

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 248.2009.000260-5

COMARCA : Santa Cruz do Capibaribe -- 2ª Vara

IMPETRANTE : Maria Adriana da Silva

PACIENTE : Maria Adriana da Silva

PROCURADOR(A) : Maria Helena da Fonte Carvalho

RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

## **RELATÓRIO**

**Maria Adriana da Silva**, qualificada nos autos às fls. 02, impetrou ordem de **Habeas Corpus liberatório**, com pretensão liminar, em seu próprio favor, alegando excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal relativamente à ação penal nº 248.2009.000260-5 a que responde a paciente perante o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Santa Cruz da Capibaribe, por infração ao art. 33<sup>1</sup>, da Lei 11.343/06.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 04/05.

Em decisão interlocutória de fls. 12, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 16/17.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Maria Helena da Fonte Carvalho, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 20/22).

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**

<sup>1</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



668

**HABEAS CORPUS Nº: 0204021-9**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 248.2009.000260-5**

**COMARCA** : Santa Cruz do Capibaribe -- 2ª Vara

**IMPETRANTE** : Maria Adriana da Silva

**PACIENTE** : Maria Adriana da Silva

**PROCURADOR(A)** : Maria Helena da Fonte Carvalho

**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

## **VOTO**

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório em que a impetrante/paciente alega excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal referente ao processo nº 248.2009.000260-5 a que responde perante o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Santa Cruz da Capibaribe, por infração ao art. 33<sup>2</sup>, da Lei 11.343/06.

A juíza processante, ao prestar suas informações (fls. 16/17), traz à baila fatos e circunstâncias que justificam o atraso alardeado na impetração, ao afirmar:

*"(...) A paciente foi presa em flagrante delito no dia 09 de fevereiro de 2009, conforme auto de prisão em flagrante de fls. 02/06, tendo o Ministério Público em 26 de fevereiro de 2009 oferecido denúncia em face da mesma, imputando-lhe as sanções previstas no art. 33 da Lei 11.343/06, fls. 02/05.*

*Em despacho datado de 11 de março de 2009, fls. 53, da lavra do ilustre Colega Magistrado Tito Lívio, fora a denúncia recebida, tendo sido determinada a notificação do paciente para apresentar defesa, sendo para tanto expedida carta precatória para Comarca de Buíque, cuja notificação fora efetivada em 13 de abril de 2009, fls. 81.*

*Em despacho de 04 de abril de 2009, fora determinada expedição de ofício solicitando apresentação de laudo*

<sup>2</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



069

*definitivo, tendo ainda sido nomeada Defensora Pública em exercício neste Juízo para patrocinar a defesa da paciente, fls. 63.*

*O laudo de perícia em material físico-químico fora anexado aos autos em 20 de maio de 2009, fls. 65/72, tendo a defesa prévia sido juntada sem rol de testemunha em 09 de junho de 2009, fls. 75v/76.*

*Em audiência realizada no dia 09 de setembro de 2009 foram inquiridas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, sendo ainda interrogada a paciente, fls. 88/90.*

*Em certidão datada de 21 de setembro de 2009, fora certificada a não realização de audiência em face da ausência do Douto Juiz Roberto Jordão de Vasconcelos que se encontrava participando de curso na Comarca do Recife, fls. 94.*

*Em 01 de outubro de 2009, a Defensora Pública apresentou rol de testemunhas, fls. 95/96.*

*Em despacho datado de 02 de outubro de 2009, o Colega Magistrado Roberto Jordão de Vasconcelos determinou a remessa dos autos ao Ministério Público e após à defesa para apresentação de alegações finais através de memoriais, fls. 102v.*

*O Ministério Público, por sua vez, em manifestação datada de 06 de outubro de 2009, disse que não se opunha a oitiva da testemunha arrolada pela Defesa, ainda que intempestivamente, fazendo o registro de que o provável retardo na conclusão da instrução não poderá ser atribuído ao Judiciário nem ao referido Órgão, fls. 103.*

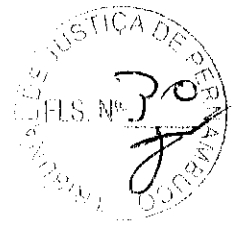
*(...)"*

Como observado nas informações supra, a própria defesa foi quem colaborou para o alegado retardo, ao apresentar, intempestivamente, quando a instrução já havia encerrado, rol de testemunha, fazendo incidir a súmula 64, do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*"Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



070

Vê-se, por conseguinte, que eventual atraso na conclusão do sumário não decorreu de desídia do julgador a quo, tampouco do Representante do Parquet de 1º grau, circunstância que inviabiliza a concessão da ordem, como assentado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

*"Não se configura coação ilegal quando o excesso de prazo na formação da culpa decorre de incidentes processuais não imputáveis ao Juiz do processo ao ou Ministério Público" (In MIRABETI, Júlio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2001, p.1438)*

É o caso dos autos.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**